CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS PARA A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Marilene Luiza da Rocha[1], Gardner de Andrade Arrais[2]

[1]Estudante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Picos, Piauí, Brasil, e-mail: marileneluiza87@gmail.com
[2]Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos, Piauí, Brasil, e-mail: gardner@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

> *"Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais" (Freire, 2005, p. 59, grifo do autor).*

A Educação do Campo, como projeto de transformação social, parte da histórica luta dos povos do campo por educação de qualidade como direito a ser garantido pelo Estado. Assim, está inscrita nas páginas da história a desatenção do Estado, até os dias atuais, à garantia de uma educação de qualidade feita com os povos do campo, em seu lugar e que inclua os elementos de sua cultura. Os povos do campo sempre foram colocados em posição secundária, "[...] como uma extensão, como um quintal da cidade" (Arroyo, 2007, p. 159), o que desvaloriza o potencial do campo e seus sujeitos e finda por inviabilizar um projeto de desenvolvimento específico para o campo, incluindo a educação, considerando que é por meio dela que se efetivará a transformação. Além disso, oferta-se uma educação generalista, que despreza as diferenças, aliena os sujeitos de sua própria realidade, em um processo de desumanização.

A Pedagogia da Alternância, objeto deste escrito, na perspectiva de superação do modelo urbano, surge no Brasil como "inédito viável" para os povos do campo, com uma proposta de gerir a complexidade das relações entre os diferentes tempos e espaços de formação do sujeito, que inclui a família/comunidade, a escola e o trabalho, de modo a promover a formação integral. Ela visa a superação do modelo urbano e generalista (Arroyo, 2007), que desconsidera os saberes, a cultura e as especificidades do modo de vida camponês, e que contribui para um processo de desidentificação do jovem com o seu território.

Essa pedagogia organiza-se a partir do princípio fundamental da alternância de tempos e espaços educativos, intercalando períodos de formação em ambiente escolar (Tempo-

Escola) com períodos de vivência e aplicação na comunidade e na propriedade familiar (Tempo-Comunidade). Mais do que uma simples metodologia, a Alternância constitui-se modelo de educação que visa a formação integral do sujeito, ligando teoria e prática, escola e vida, saber popular e saber científico.

Considerando a perspectiva da alternância, o pensamento de Paulo Freire oferece bases epistemológicas que podem contribuir para a sua reflexão e prática em diferentes espaços de aplicação, a exemplo das Escolas Família Agrícola (EFAs) e dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Sua crítica à "educação bancária" e sua defesa de uma educação libertadora, dialógica e problematizadora se coadunam com os princípios da alternância.

Este resumo apresenta reflexões sobre algumas contribuições da teoria de Paulo Freire para a Pedagogia da Alternância, no contexto da Educação do Campo.

METODOLOGIA

Trata-se de investigação bibliográfica, que segundo Severino (2007, p.122) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses e etc.” Utilizou-se como fontes de dados textos de Paulo Freire e textos sobre Pedagogia da Alternância e Educação do Campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, critica a “educação bancária” – educação como ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos (Freire, 2005) – tão presente nas escolas do Brasil até hoje, propondo um modelo de educação humanizadora/libertadora, que situa os seres humanos como seres de relação, históricos, que por meio do diálogo problematizam o mundo e criam condições de transformação da sociedade. Para isso, é essencial que o processo educativo seja iniciado pela realidade dos educandos, pelas suas experiências e visões de mundo para depois problematizá-la.

Nessa direção, a Pedagogia da Alternância propõe uma formação integral, que contemple todos os espaços e tempos da vida dos educandos, com vistas ao desenvolvimento subjetivo pleno e do território, ou seja, substituir as relações verticalizadas, de conteúdos prescritos, por relações dialógicas, de construção coletiva do conhecimento, com a valorização dos saberes constituídos nos diferentes espaços e experiências vivenciados pelos educandos.

A dinâmica circular entre o tempo-escola e o tempo-comunidade cria possibilidades de diaĺogo ao propor atividades que atravessam os diferentes espaços, como a escola e a comunidade, por exemplo. Nesse sentido, a vida fora da escola passa a ser parte do currículo e, por conseguinte, dá sentido ao processo educativo para educandos e educadores, ao abordarem o próprio contexto.

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ), adotado nas EFAs, é exemplo de instrumento pedagógico que consegue estabelecer relação entre o tempo-escola e o tempo-comunidade. De acordo com Costa e Santos (2010), o PPJ "é um projeto prático, feito pelo próprio aluno, a ser apresentado para a Escola e desenvolvido, geralmente, na propriedade familiar do mesmo". É iniciado com o ingresso do educando na escola e desenvolvido ao longo da formação, com a ajuda de monitores. Este projeto volta-se ao desenvolvimento de atividade agropecuária no território.

Educação como prática da liberdade

A possibilidade que se abre com a alternância e seus instrumentos, do educando estudar e trabalhar concomitantemente, é um ato de libertação, de superação das condições de opressão impostas pelo sistema, que minora a população campesina. Até hoje os sujeitos do campo lutam pelo direito à educação de qualidade, que possibilite a sua emancipação e o desenvolvimento local. A alternância possibilita também ação e reflexão sobre o mundo, ao trazer problemas da realidade externa à escola para dentro e também que o sujeito, com os conhecimentos constituídos na escola, reflita e transforme a realidade fora dela. Nesse movimento, o bancarismo apassivador é superado por um modelo problematizador de educação, que liberta. Em relação ao processo de libertação do oprimido, para Freire (2005, p. 77), deve ser uma "[...] libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo."

O que antes era invasão cultural, com fórmulas prescritas, passa a ser instrumento de libertação e valorização da cultura local, de ascensão dos saberes e fazeres produzidos no território, que em diálogo com os conhecimentos científicos são capazes de promover a criticidade e, por consequência, o desenvolvimento do território.

Valorização dos saberes

Os saberes de experiência feitos são expressões da vida do sujeito em seu território, produzidos em sua cultura, por meio do trabalho. No entanto, a ideologia dominante, opressora, identifica esses saberes como inválidos e aqueles que os produzem como "ignorantes absolutos". Mas para Freire (2005) não há ignorância absoluta, visto que todos os seres humanos, antes mesmo de adentrarem à escola, viveram o mundo e suas experiências, que também são formativas.

A alternância torna-se, nesse sentido, um contraponto à ideologia opressora, ao valorizar a cultura e o desenvolvimento local sustentável, só possível pela via dialógica, cumprindo a tarefa histórica de emancipar os sujeitos partindo da problematização da realidade a produzir uma síntese nascida dos saberes populares e do conhecimento científico, o que ocorre nas EFAs, por exemplo. A práxis formativa nas EFAs é essencial para a manutenção da cultura e, ao mesmo tempo, fazer avançar o campo em termos tecnológicos, pois em seu currículo estão componentes de formação geral e técnica, além dos saberes tradicionais presentes nas experiências com a família e a comunidade.

Ser mais

As principais finalidades da educação por alternância são, de acordo com Gimonet (2007): a) a da educação, da formação e da orientação dos adolescentes para sua inserção social, profissional e cultural; e b) o desenvolvimento do território, que inclui o econômico, o ambiental e o humano. As experiências das EFAs vêm demonstrando que não pode haver educação integral se há oposição ao lugar de origem desses sujeitos. Portanto, a perspectiva de educação integral presente na proposta pedagógica da alternância coaduna-se com a Pedagogia do Oprimido, que situa a educação como prática de liberdade para a humanização, ou seja, para o desenvolvimento pleno do sujeito.

Freire afirma ainda que o educador dialógico deve acreditar nos homens, no seu potencial, na sua "vocação de ser mais" (2005, p. 93). A categoria "Ser mais" compreendida como a busca incessante do sujeito pela própria humanização e a humanização do outro, na superação da relação opressor-oprimido.

A educação integral na alternância, que inclui os diferentes tempos e espaços de formação dos sujeitos e proporciona atividades em que os educandos são ativos,

problematizam a própria realidade e exercitam as possibilidades de transformação territorial, sob orientação de educadores, permite a expressão da curiosidade e da criatividade, essenciais na busca de "ser mais".

CONCLUSÕES

As ricas experiências da alternância oferecem um campo vasto de reflexão, de aprendizagem, de problematização e de referência como modelo educativo em busca do "inédito viável" na direção da emancipação. A teoria de Paulo Freire dialoga com os princípios da alternância e oferece base epistemológica para as reflexões sobre as práticas de alternância na Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE

Formação por Alternância; Educação do Campo; Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Política de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 de jan. de 2023.

COSTA, Marcela; SANTOS, Veronika. **Escolas Família Agrícola, FUNACI – Piauí**. 2010. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br › escolas_familia_agricola_funaci_piaui_2010> Acesso em: 23. Ago. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIMONET, J. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007. (Coleção Aidefa – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.